INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Cerimónia de Posse

03 maio 2022, Auditório 2

Gostaria de começar por saudar a Dra. Isabel Mota que cessa hoje funções como Presidente da Fundação. Há cinco anos, neste lugar, no fim da nota pessoal com que terminou o seu discurso de posse, a Dra. Isabel Mota dizia esperar, cito, "que, daqui a cinco anos, todos os que têm confiado em mim tenham orgulho no meu mandato como a primeira mulher Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian". Este seu desejo revelou-se modesto, tendo sido cumulado, e decerto excedido, pelo cuidado, o escrúpulo, a inteligência e a dedicação sem limite à Fundação que caracterizaram o exercício do seu mandato.

Gostaria também de saudar o Doutor Emílio Rui Vilar que abandona hoje o Conselho de Administração da Fundação. Nele ocupou todas as posições possíveis: foi administrador executivo e não-executivo, e Presidente. Esta longevidade, e a relevância e magnitude do que, em particular, como Presidente nos seus dois mandatos fez, tornam o seu nome indistinguível da história da Fundação que se seguiu ao tempo de exercício do seu primeiro Presidente.

As referências mais frequentemente feitas à actividade da Fundação são de admiração, de uma admiração muitas vezes nostálgica pelo brilho do acontecimento ou da iniciativa de que se guarda memória.

Sob o brilho da actividade da Fundação, esconde-se a actuação profissional dos seus colaboradores.

Esse profissionalismo essencialmente discreto, tão discreto que nem mesmo pretende ser percebido como discreto, não deixa, no entanto, de ser perceptível: quem sai à noite de um concerto na Fundação vê por vezes gabinetes, e não apenas o do secretário-geral, em que a luz brilha ainda a essa hora tardia, sinal pontual dessa actividade silenciosa e ininterrupta que permite, entre muitas outras coisas, que o concerto do dia seguinte se faça.

O modo profissional da actividade dos colaboradores da Fundação, e o seu deliberado apagamento sob o resultado prático do que produzem, são traços de uma cultura interna de décadas, de uma cultura interna activa e assiduamente criada ao longo de décadas.

Uma cultura e uma história cujo precipitado actual, denso e dúctil, determina, por exemplo, que qualquer mudança tida por desejável da orgânica ou do governo da Fundação não possa, na limpidez do seu desenho conceptual, por virtuoso que ele pareça, deixar de considerar essa cultura e essa história.

Essa cultura e essa história fundaram-se, numa primeira fase, em circunstâncias que são conhecidas: a Fundação dispôs de início de um contexto vazio, um espaço em branco onde a figura de excepção do seu primeiro presidente pôde desenvoltamente inscrever um grande projecto beneficente e cultural. A Fundação foi, nessa fase inicial heroica, como muitas vezes se refere, o ministério da cultura oficioso de um país em grande parte desprovido de estruturas nesse domínio. Foi igualmente capaz de negociar a relação ambivalente, e episodicamente tensa, entre uma instituição cujo oxigénio é a liberdade, e um poder político cujo fim explícito era o de manter o país confinado a uma pré-modernidade imóvel. Esta tensão persistiu, depois do fim do regime autoritário, na tentativa de usurpação totalitária de que a Fundação foi alvo. Se refiro estes exemplos de uma relação por vezes difícil com um contexto adverso, é porque uma posição fundamental deles de imediato se destaca: a da necessidade de a Fundação persistir autónoma em tudo o que decide e faz, de se manter separada de todos os poderes, sejam eles o poder político ou qualquer poder fáctico.

A história da Fundação permite, para além disso, um interessante exercício contrafactual, cuja conclusão decerto se revelará incontroversa. Os resultados de uma instituição como a Fundação Gulbenkian que tivesse tido uma actividade filantrópica idêntica, na amplitude e no detalhe, num outro país mais povoado de instituições da mesma natureza, teriam sido menores do que aqueles que em Portugal teve. Por duas razões: pelo pouco contraste que a sua actividade teria com a das muitas instituições congéneres desse outro país, e porque, em Portugal, a escassez de actividade análoga circundante fez avultar tudo aquilo que a Fundação realizou de um modo bem mais expressivo, ampliou efeitos cuja repercussão é dificilmente calculável, por muitos deles permanecerem silenciosos na experiência privada das inúmeras pessoas que a actividade da Fundação sucessivamente tocou.

Uma importante condição daqui decorre: o tempo em que a Fundação foi o filantropo emérito e quase singular de tantas actividades artísticas, científicas, educacionais e beneficentes, tendo cessado, por terem o Estado e a sociedade ganhado, entretanto, a capacidade de as assegurar, impôs-lhe, e continuará a impor-lhe, a contínua reconfiguração prática do modo de prosseguir os seus fins estatutários, o seu fundamental propósito beneficente. O conjunto dos quatro fins estatutários originais — a arte, a ciência, a educação e a beneficência — condensa-se, no plano de actividades que neste ano termina, num elenco mais breve de três finalidades: o conhecimento, a coesão social e a sustentabilidade. Outros elencos de fins se lhe sucederão, porventura mais económicos, e determinados pelo que então for tido por mais adequada resposta às pressões da conjuntura.

A extensão e o conteúdo do que deva ser a actividade filantrópica são, de facto, objecto de ponderação constante nas associações que reúnem as fundações europeias, no seio das quais a Fundação Gulbenkian é, pela sua dimensão e história, reconhecida pelos seus pares como um actor maior. Os âmbitos de actuação das fundações europeias são inúmeros, a escala do que requerem variada, o sucesso que procuram frequentemente fugidio (na aprendizagem que me tem sido dado fazer dessa ponderação constante do seu objecto a que muitas fundações procedem, as finalidades a que elas se dedicam são de uma amplitude desconcertante: vão daquilo que, pela sua dimensão, exige uma resposta imediata, uma crise geopolítica ou um desastre natural ou humano, por exemplo, a situações comparativamente triviais, por mais próximas da experiência quotidiana. Uma importante fundação europeia inclui, por exemplo, no seu mais recente programa de actividades, a elaboração de um breve guia para melhorar a convivência entre condóminos, propósito cuja possibilidade de sucesso é, como sabemos, tão remota como a probabilidade de alguma vez se atingir a paz perpétua kantiana.) A questão de quais os fins a atingir naturalmente se prende com a de qual deva ser o modo de os atingir. Alguma inteligência é aqui necessária; muitas vezes se revelará mais útil uma resposta oblíqua a um estado de coisas deletério, do que a tentativa de frontalmente o corrigir. Talvez o melhor modo de contrariar o que se habitualmente descreve como o clima tóxico de desinformação corrente possa, por exemplo, ser o de melhorar o ensino da matemática.

Seja, pois, por uma assumida dispersão de fins, seja pela dedicação a uma única finalidade — como é o caso da Ford Foundation, hoje dedicada a um só propósito, o combate à desigualdade, fim que a Fundação Gulbenkian, numa

decisão estratégica há alguns anos tomada, elegera já como prioritário — esta reconfiguração de fins fundacionais é uma tarefa persistente e periódica. É também um desafio difícil a quem, na actualidade, deva fazê-la: irá colocar-se-nos, a mim e ao Conselho de que tenho o privilégio de fazer parte, necessariamente, já amanhã, já para a semana.

A Fundação é uma instituição filantrópica, que acolhe um legado deixado por uma personalidade de uma dimensão maior e rara, no seu tempo e no seu século, Calouste Sarkis Gulbenkian. Estatutariamente definida como perpétua, impõe a quem de momento a dirija o dever de procurar assegurar esse fim, de proteger a integridade desse legado.

A noção de que a perpetuidade é o pressuposto que deve reger a actividade de uma fundação de fins filantrópicos tem, no entanto, sido contestada: não me refiro a um debate, complexo e fino, sobre se se não deverá distinguir-se perpetuidade e perenidade, por exemplo, ou sobre outras substituições desse termo que qualifiquem o seu sentido, ou moderem o compromisso excessivo que a palavra "perpetuidade" parece exigir a quem programaticamente a use.

A questão coloca-se de modo mais próximo, e prático: há, como sabemos, fundações hoje, entre as quais se incluem algumas cujo património excede o de quase todas as outras, cujo mandato é explícito: o de se extinguirem com o seu fundador, o de que todo o seu património financeiro se consuma no breve tempo de uma vida humana.

As pressões e a urgência dos desafios hoje colocados à espécie justificariam esse dispêndio total de recursos. Não surpreende, por isso, que um movimento de emulação desta política de algumas fundações norte-americanas seja já visível em algumas fundações europeias.

A decisão que estas instituições tomam parece justificada pelas circunstâncias. Por um lado, a existência material da vida do homem e das demais espécies da terra está ameaçada de facto, e a resposta a esta ameaça coloca dilemas cuja resolução não apenas convive mal com o escasso tempo de que parece dispor-se para a sua resolução, mas tem também dificuldade em criar a tolerância necessária a mudanças requeridas por uma relação transacional com o futuro, claramente desfavorável ao modo de existência actual. Por outro lado, tem ressurgido com furor, nos últimos anos, uma forma de niilismo contemporâneo

que vê como desprezível “verdade, valores e fins”, e considera dispensável no debate público qualquer assentimento tácito a cânones de racionalidade, visando, de facto, em vez disso, como claramente visa, a captura do Estado.

Contra este pouco promissor fundo, a necessidade de uma política de dispêndio urgente dos recursos próprios de uma fundação com fins filantrópicos adquire, por vezes, em quem a enuncia, um tom quase apocalíptico.

Mas talvez se deva confiar, contra esse tom apocalíptico, que o mundo persiste; talvez se deva supor que, depois do dia de amanhã, um outro dia haverá. Seria, aliás, no desolado cenário desse mundo alterado e diminuído, que o exercício da solidariedade, em torno do qual revolve toda a actividade filantrópica, se viria a revelar mais necessário.

É, pois, importante reter a perpetuidade da Fundação como horizonte de toda e qualquer decisão maior que os seus responsáveis fiduciários tomem.

Tem sido, aliás, esse, consistentemente, o caso: a perpetuidade como fim da Fundação tem sido assegurada pela gestão prudente do seu património, a qual tem sido uma constante do seu exercício: o apreço por quem, entre os membros do Conselho de Administração, tem tido mais directa responsabilidade dessa custódia só pode, por isso, ser publicamente sublinhado, como agora faço.

Mas, se o património da Fundação tem tido, em anos recentes, um incremento expressivo, e o seu activo atingiu, de facto, no final de 2021, um valor máximo histórico, a volatilidade constitutiva dos mercados, de que o ciclo económico recente é a instanciação, deixa entrever a forte probabilidade de turbulência na carteira de investimentos.

Seja qual for a natureza da tendência que se desenha, e a que haverá que dar resposta, uma outra posição de princípio se impõe reter: a de que nenhuma instituição filantrópica alguma vez dispõe dos recursos necessários à sua actividade. Os fins que visa são inesgotáveis e sempre abertos. Nenhuma complacência é, pois, merecida. Um módico de frugalidade parece ser aqui virtude.

A actividade da Fundação recobre, para além disso, fins muito diversos, em lugares muito diversos, de que instanciarei muito brevemente alguns.

O primeiro, e inicial, desses lugares é a Arménia, país de origem de Calouste Gulbenkian. É este o primeiro grande traço idiossincrático da instituição, um traço de cosmopolitismo sui generis na reunião que faz de duas culturas europeias, muito desiguais por certo, e ambas periféricas no continente europeu.

Um outro lugar de actividade, uma decorrência historicamente determinada, é África, onde a Fundação tem tido uma actividade de décadas, beneficente e fortemente indutora em domínios do saber, actividade que poderá talvez ser escalada a países que não aqueles que têm um laço mais imediato com Portugal.

As dependências do Reino Unido, onde, entre outras coisas, se desenvolve uma bem concebida agenda de incentivo a políticas de sustentabilidade, intimamente associada ao que, neste domínio, na sede em Lisboa analogamente se faz, e a de Paris, em que se procurou, em anos recentes, exceder qualquer particularismo de identidade de origem, e projectar a actividade no interior do mundo cultural local, são exemplo de uma contínua readequação da actividade a um contexto aclarado, tornado mais preciso.

Tudo o que tem lugar no perímetro da Av. de Berna, nos dois museus — na colecção do Fundador, decerto um dos mais admiráveis museus existentes, e no Centro de Arte Moderna que em 2023 reabrirá —, na orquestra e no coro, em torno dos quais se articula o ano musical da Fundação, bem como na actividade dos grupos de investigação do Instituto Gulbenkian de Ciência, que são parte de uma comunidade científica e de um colégio difuso que desconhecem fronteiras, partilha essa natureza transnacional.

Apresso-me a concluir com uma precisão necessária. Depois de uma série de presidentes cujas qualificações formais eram o direito e a economia, teria chegado o tempo de alguém ligado à cultura e às humanidades assumir a presidência da Fundação. O recém-chegado traria consigo uma sensibilidade particular nesse domínio.

Permitam que a tão benévola teoria sugira duas qualificações e uma nota final.

A primeira qualificação é a de que, se a cultura pode ser caracterizada como o lugar de inclusão de objectos e práticas em que o tempo sedimentou valor, não deixa de muitas vezes ser um domínio conflitual e inarmónico no seu interior, o que torna a imputação de virtude a quem mais demoradamente nele se mova

uma presunção que só poderá considerar-se, no mínimo, incerta. (Um ponto adicional consiste na exclusão implícita do direito e da economia do domínio da cultura, o qual ficaria reduzido assim a um enclave ornamental, a uma esfera separada do resto da existência.)

A segunda qualificação é a de que uma presumida maior sensibilidade minha a este domínio colide com a presença nesta sala de três presidentes da Fundação, cuja actuação nela, e fora dela, inclui, sob direcção sua, algumas das mais decisivas realizações culturais feitas em Portugal, ou a ele associadas, nas últimas décadas.

A admitir-se, pois, alguma singularidade numa formação em humanidades, talvez ela consista numa relativa desenvoltura no uso de certas alusões ou referências, por vezes recônditas. Eis um exemplo, para concluir, de uma interessante posição neste domínio, que parece violar o senso comum. Refiro-me à capacidade profética, que certas obras literárias teriam, de nelas se anteciparem, de nelas se prefigurarem, modos de existência da humanidade, ou da sociedade que descrevem. Esta defesa do poder profético da literatura só poderá ser vista por muitos de nós como uma pretensão absurda. E, no entanto, é talvez demonstrável. Consideremos, por exemplo, um romance de finais do século XIX, do autor norte-americano Henry James. Nele se descreve como uma jovem mulher do mais exclusivo círculo social de Boston se torna vítima de um casamento com um esteta muito elegante e cruel, e, de facto, moralmente corrupto. A jovem heroína é, a dado passo, descrita por um dos seus muitos admiradores, antes de incorrer nesse seu nupcial passo em falso, como sendo um espírito singularmente livre. Tão livre, de facto, prossegue quem assim a descreve, que ninguém poderá ficar surpreendido se ela vier exoticamente a casar-se, cito, “com um arménio ou com um português”. Ora, como todos sabemos, uma aliança análoga, veio, na realidade, de outro modo, e não muitas décadas depois, a ter lugar. O resultado, há que reconhecê-lo, foi profundamente beneficente, esplêndido e rico, e tem grandeza.

António Feijó